



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



TERMO DE COLABORAÇÃO Nº017/2023
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DA
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS E A VILA
VICENTINA EM BROTAS REFERENTE
EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL Nº
202337300011 DO DEPUTADO MIGUEL
LOMBARDI.

O **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS/SP**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 46.362.927/0001-72, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 300, Centro, Brotas/SP doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Leandro Corrêa, portador do CPF/MF nº 180.113.858-36, RG nº 25.210.215-0 SSP/SP, residente e domiciliado à Avenida Rui Barbosa, 817, Centro, nesta cidade de Brotas-SP e a entidade **VILA VICENTINA EM BROTAS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 44.719.615/0001-48, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, sediada à Avenida Pedro Saturnino de Oliveira, n.º 456, Jardim Bandeirantes, Brotas/SP, representado pela Sra. Neuza Maria Paschoalotti Berto, brasileira, casada, aposentada, portadora do CPF/MF nº 131.048.978-59 e RG nº 9.904.479-SSP/SP, residente e domiciliada na Avenida Ângelo Piva, 173, Centro, Brotas/SP, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, regendo-se pelo disposto no artigo 29 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e atualizações, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, consoante o processo administrativo nº 2926/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes e demais legislações que regem a matéria.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Colaboração, Processo Administrativo nº 2926/2023, tem por objeto a Estruturação da Rede de Serviços do SUAS INDIVIDUAIS 2023, através de aquisição de materiais e produtos de limpeza, conforme detalhado nos Planos de Trabalho aprovados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx. Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



- a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo,



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

i) a Organização Social Civil deverá apresentar todo e qualquer documento solicitado pela Prefeitura, para atender os dispositivos da Lei 13.019/2014 e das instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - Para a execução do presente termo de colaboração, serão destinados o montante total de recursos de R\$ 25.505,64 (vinte e cinco mil, quinhentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos), na modalidade custeio, nas seguintes condições:

Fontes de Repasses	Parcela Única	Valor Anual
Federal	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
Rendimentos	R\$ 505,64	R\$ 25.505,64



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de colaboração, recursos no valor de R\$ 25.505,64 (vinte e cinco mil, quinhentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos) em parcela única.

3.3 – Os recursos de fonte Estadual somente serão repassados as ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL mediante repasse do Governo para o Município.

3.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a manter na consecução dos fins pactuados por este Termo de Colaboração bens/serviços de sua propriedade.

3.5 – A Dotação orçamentária para fazer face será a seguinte:

1156-3.3.5039 (01)05.800.0056-02.08.01-08.241.0705-1.431

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1- A Administração Municipal transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento. Caso haja repasses de recursos federais e/ou Estaduais os repasses ocorrerão após os repasses dos respectivos entes ao município.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

4.5 - As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

4.6 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I- quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx. Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



II- quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação as obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.7- Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especiais do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1- O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2- Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I- realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II- finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV- realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V- realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI- repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII- pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de assinatura até 31/12/2023, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2- Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração, por igual período, desde que o período total de vigência não exceda cinco anos.

6.3- Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4- Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O monitoramento, acompanhamento e a fiscalização deverá ser feito através de relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II- análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III- valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV- análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles internos e externos, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I- retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II- assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1- A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter documentos e formulários, devidamente preenchidos e assinados pelo representante legal da OSC garantindo o cumprimento da Lei 13.019/2014 e Instruções do TCE-SP, para fins de fiscalização contábil, financeira, operacional e fechamento do exercício, que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, atendendo a legalidade e a legitimidade.

8.2 - A Prestação de Contas deverá ser apresentada em três etapas, Prestação de Contas Mensal, Quadrimestral e Prestação de Contas Final/Anual, conforme modelos nos anexos.

8.2.1 - Prestação de Contas Mensal a exemplo, das seguintes informações e documentos devendo ser apresentada até o último dia do mês subsequente ao recebimento dos recursos:

I – Ofício de Encaminhamento de Prestação de Contas com todos documentos relacionados, e abaixo assinado pelo representante legal da Entidade;

II - Demonstrativo integral das receitas e despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos e por ordem cronológica do



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



extrato bancário, aplicadas no objeto da parceria conforme modelo RP-10 das Instruções 01/2020 do TCE-SP;

III- Cópias de todos os pagamentos efetuados no mês conforme descritos no Plano de Trabalho, com identificação do número da parceria e comprovantes de pagamentos.

IV- Cópias das Guias de recolhimentos de INSS, ISS e FGTS; com identificação do número da parceria, atestadas os serviços, juntamente com seus respectivos documento de pagamento e memória de cálculo;

V- Extrato de Conta corrente e de Aplicação Financeira, de todo o período da movimentação da conta;

VI- Conciliação Bancária, quando houver;

8.2.2- Prestação de Contas Quadrimestral deverá ser apresentada em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, contendo:

I - Ofício de Encaminhamento

II - Demonstrativo anexo da Prestação de Contas Quadrimestral

III- Comprovante do depósito de contrapartida na conta Específica da parceria, caso seja previsto no pactuado, bem como guia de receita do ingresso dos recursos estaduais no erário municipal;

IV - Cópia dos Contratos com o Fornecedor de Material/Equipamento e/ou Prestador de Serviços;

V - Relatório das atividades desenvolvida no período;

VI - Relação dos atendidos no período.

8.3- Prestação de Contas Final/Anual deverá ser apresentada até 90 dias do encerramento do prazo de vigência do termo de colaboração, com as seguintes informações e documentos:

I - Ofício de encaminhamento, relativo às prestações de contas;

II - Demonstrativo integral das receitas e despesas, computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do termo de colaboração, conforme modelo contido no Anexo RP-10;

III – Publicação do Balanço Patrimonial da conveniada, dos exercícios: encerrado e anterior;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO

site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



IV - Cópia dos demonstrativos contábeis e financeiros da beneficiária, com indicação dos valores repassados pelo órgão concessor e a respectiva conciliação bancária, referente ao exercício em que o numerário foi recebido;

V - Conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão ou entidade da Administração Pública

para movimentação dos recursos do termo de colaboração, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras;

VII - Demais demonstrações contábeis e financeiras da OSC, acompanhadas do balancete analítico acumulado do exercício;

VIII - Declaração e Comprovante de devolução dos recursos não aplicados, quando houver;

IX - Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

X - Relatório anual de execução do objeto do ajuste, contendo as atividades desenvolvidas para o seu cumprimento e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

XI - Declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público conveniente;

XII - Relação dos contratos e respectivos aditamentos firmados com a utilização de recursos públicos administrados pela OSC para os fins estabelecidos no termo de colaboração, contendo tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício e condições de pagamento;

XIII - Declaração atualizada da ocorrência ou não de contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XIV - Na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;

XV - Manifestação expressa do Conselho Fiscal ou órgão correspondente do beneficiário sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pelo órgão público concessor;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



XVI - comprovante do recolhimento saldo da conta bancária específica, quando houver;

XVII - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.3 - A Administração pública considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.

8.4 - O parecer técnico do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especiais.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de

juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnicos, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação as autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

8.12 – Além dos documentos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, A O.S.C. , deverá Prestar suas Contas e de todos os atos que dela decorram, mediante a utilização de Plataforma Eletrônica permitindo a visualização por qualquer interessado, conforme artigo 65 da lei Federal 13.109/2014.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



9.5- Excepcionalmente, quando se tratar apenas de alteração da execução do Termo de Colaboração, admitir-se-á, a Organização da Sociedade Civil, propor reformulação do Plano de Trabalho, que será previamente apreciada pelo setor técnico e submetida à aprovação do Chefe do Executivo Municipal o qual poderá, após, ouvidos os órgãos técnicos autorizar por apostilamento ao processo nº2926/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III- declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Finanças facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO

site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização doadora, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de colaboração poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



13.1 - A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS- (LGPD)

14.1 - As partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente Contrato, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação e normas técnicas aplicáveis sobre segurança da informação e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), sem prejuízo de perdas e danos.

Parágrafo único: O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses constantes do art. 7º da lei 13709/2018: mediante o fornecimento de consentimento pelo titular; para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, e nas demais condições constantes do capítulo IV da citada Lei, bem como nas situações enquadradas na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I- as comunicações relativas a este termo de colaboração serão remetidas por correspondência ou E-mail e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II- as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III- as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - As controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, serão resolvidas pela via administrativa, perante a Secretaria de Planejamento, Administração, e Finanças e



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx. Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



judicialmente perante o foro da cidade e Comarca de Brotas – SP - Comarca, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

16.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (Três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Brotas, 28 de setembro de 2023.

Leandro Corrêa
CPF: 180.113.858-36
RG: 25.210.215-0 SSP/SP

Neuza Maria Paschoalotti Berto
CPF: 131.048.978-59
RG: 9.904.479 -SSP/SP

Lisete Danesi
Gestor responsável representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Testemunhas:

Maria Angela Antolin
Rg: 47.916.670-5

RG: 49044222-5



Sociedade de
São Vicente de Paulo

PLANO DE TRABALHO

RECURSOS:

- **FONTES DE RECURSOS: FEDERAL** – Emenda Parlamentar - nº 202337300011 -
Programação: 350790220230007 - GND 3: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

1. DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

OSC – Organização da Sociedade Civil – proponente: Vila Vicentina em Brotas			CNPJ: 44.719.615/0001-48	
Endereço: Avenida Pedro Saturnino de Oliveira, nº456			Bairro: São Crispim	
Cidade: Brotas	UF SP	CEP 17.380-000	DDD/Telefone (14)3653-1405	E-mail: vilavicentinaembrotas@outlook.com
Banco: Caixa Federal		Agência: 0294		Conta Corrente: 1083-3
Nome do Representante Legal: Neuza Maria Paschoalotti Berto				CPF: 131.048.978-59
RG/Órgão Expedidor: 9.904.479 – SSP/SP			Cargo: Presidente	
E-mail: vilavicentinaembrotas@outlook.com				Telefone: (14) 99622-2198
Endereço: Rua Ângelo Piva, nº 173 - Centro				CEP: 17.380-000

2. Apresentação do Histórico da OSC:

A Vila Vicentina em Brotas, Obra Unida da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) única em Brotas, iniciou oficialmente suas atividades em 24 de janeiro de 1969; é uma Associação católica, de direito privado, filantrópica, beneficente, sem fins lucrativos, com capacidade máxima de atendimento para até 48 idosos. Possui a sua diretoria voluntária, equipe técnica, equipe de apoio capacitada para o atendimento integral aos idosos.

Tem por finalidade a prática da caridade cristã no campo da Assistência Social e da promoção humana, visando especificamente: manter estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas acima de 60 anos, de ambos os sexos, destituídos de vínculo familiar sem condições de prover sua subsistência, proporcionando assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, visando a preservação da



Sociedade de
São Vicente de Paulo

saúde física e mental dos assistidos bem como a garantia e efetivação dos direitos estabelecidas pelo Estatuto do idoso (Lei Federal nº. 10.741 de 01/10/2003).

Propicia ambiente acolhedor aos idosos institucionalizados na instituição em assistência social e atendimento da saúde, conforme a necessidade do idoso, visando sempre a longevidade e o bem-estar deles; Incentiva e promove a participação da família e da comunidade na atenção aos idosos institucionalizados, visando em todas as ações, a integração social e o fortalecimento do vínculo familiar, como formas de sociabilidade; Oferta serviços, programas projetos e benefícios socioassistenciais na perspectiva da autonomia da garantia de direito dos usuários e presta assistência gratuita aos reconhecidamente pobres, de acordo com suas possibilidades e o estabelecimento na legislação em vigor.

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE

Título: Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - EMENDA INDIVIDUAIS 2023. Custeio – Aquisição de materiais e produtos de limpeza	Período de Execução: Início: Após o repasse Término: 31/12/2023
Capacidade Física de atendimento: até 48 idosos Capacidade de atendimento para o Município de Brotas: 48 idosos	
Forma de Acesso: Demanda Espontânea, CREAS e Ministério Público	
Identificação do Objeto: <p>As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) seguem normas rígidas para seu funcionamento, estabelecidos pela ANVISA (Agência Nacional da Vigilância Sanitária) e para tanto são concedidas as licenças pela Vigilância Sanitária do município. Entre as exigências, estipula-se que as ILPIs, mantenham os ambientes limpos, livres de resíduos e odores incompatíveis com a atividade, bem como a higienização de todos os artigos utilizados pelos idosos, além dos ambientes, de forma a garantir a salubridade de todo o meio que os mesmos convivem.</p> <p>Além disso, por ser moradia para idosos com diferentes graus de necessidades e diversas situações de saúde, torna-se primordial a utilização de produtos de limpeza adequados nos ambientes, de desinfecção para vestuários e peças de cama e banho, além de esterilizantes para utensílios de cozinha e roupa de modo geral. O uso destes produtos específicos, além de produzirem a correta desinfecção, corroboram com a prevenção e até mesmo a eliminação de agentes causadores de infecções e alergias.</p>	



Sociedade de
São Vicente de Paulo

Além do fator dos cuidados com a saúde, um ambiente limpo torna-se mais confortável e aconchegante. Os cuidados com as roupas de uso pessoal, roupas de cama e toalhas de banho exigem produtos que além de limparem, promovam a desinfecção e eliminação de odores resistentes. Outrossim, os mesmos critérios e cuidados são necessários para os utensílios de cozinha, utilizando-se ainda, de produtos que promovam a correta limpeza e esterilização.

A aquisição dos produtos discriminados através da emenda a ser recebida manterá as instalações, espaços, vestiários e equipamentos limpos e desinfetados, proporcionando conforto, sensação agradável, considerando a constância de sua necessidade.

Público Alvo:

Idosos institucionalizados

Coordenadora:

Gilmara Marques Garcia

Endereço do Coordenador:

Rua Mário Villa, 325 Santa Cecília III

DDD/Telefone:

(14) 98127-2795

Endereço Eletrônico:

vilavicentinaembrotas@hotmail.com

Responsável Técnico do Projeto:

Silmara Preciato dos Santos – Assistente Social – CRESS:56.166

4. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

Objetivo Geral:

Ser acolhido em condições de dignidade e ter acesso a espaço com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto.

Objetivo Específico:

- ✓ Manutenção na higienização e desinfecção dos itens de roupa com produtos específicos para este fim;
- ✓ Manutenção na higienização, esterilização e limpeza dos itens de cozinha;
- ✓ Satisfação e bem estar social dos idosos usuários.



Sociedade de
São Vicente de Paulo

5. METAS A SEREM ATINGIDAS

Metas a serem atingidas	Indicadores de aferição de cumprimento das metas	Meios de verificação
1. META: Acolher e garantir a proteção integral;	100% dos idosos acolhidos	<ul style="list-style-type: none"> • Lista dos usuários; • Pesquisa de satisfação.
2. META: Desenvolver condições para a independência e auto cuidado.	100% dos idosos acolhidos	<ul style="list-style-type: none"> • Lista dos usuários; • Pesquisa de satisfação.
3. META: Promoção na qualidade de vida e bem estar social;	100% dos idosos acolhidos	<ul style="list-style-type: none"> • Lista dos usuários; • Pesquisa de satisfação.

6. FORMA DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO

A forma de execução de cada atividade/projeto será cumprida de acordo com o cronograma estabelecido pela OSC. As atribuições de conduta profissional seguem os padrões de exigências para cada ações e metas proposta discriminadas abaixo a seguir:

6.1 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PROPOSTAS

As atividades propostas seguirão as normas e regras do cronograma já estabelecido pela entidade e de acordo com as ações realizadas no cotidiano de cada serviço, aplicando os materias específicos para limpeza e higienização de ambientes, utensílios de cozinha e roupa

Descrição das atividades	Meses											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
01 Utilização de produtos de limpeza, sanitizantes de ambientes.	x	x	x									
02 Utilização de produtos de limpeza, sanitizantes e de higienização da roupa.	x	x	x									
03 Utilização de produtos de limpeza, esterilização e higienização dos utensílios de cozinha.	x	x	x									



Sociedade de
São Vicente de Paulo

6.2. METODOLOGIA

As atividades propostas serão desenvolvidas diariamente, através dos serviços prestados pelos profissionais contratados pela OSC, proporcionando salubridade, conforto e bem estar aos idosos, beneficiando ainda, sua saúde.

7. RESULTADOS ESPERADOS

- Salubridade na ambiência da entidade;
- Prevenção de agentes causadores de alergias e infecções de modo geral;
- Promoção na qualidade de vida dos idosos e colaboradores.

8. PLANO DE APLICAÇÃO

DETALHAMENTOS DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

NATUREZA DA DESPESA: MATERIAIS DE CONSUMO	TOTAL (R\$)
ESPECIFICAÇÃO: PRODUTOS DE LIMPEZA E SANITIZANTES	25.000,00
TOTAL (R\$)	25.000,00

8.1. DETALHAMENTO DAS DESPESAS

CUSTEIO - MATERIAIS DE CONSUMO - PRODUTOS DE LIMPEZA

ITEM	QTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	05	Auxiliar de Secagem (cozinha) galão 20 l	R\$ 616,81	R\$ 3.084,05
02	05	Detergente Alcalino (cozinha) galão 20 l	R\$ 400,31	R\$ 2.001,55
03	02	Descarbonizante (cozinha) 5 l	R\$ 100,00	R\$ 200,00
04	02	Desengordurante (cozinha) 5 l	R\$ 101,57	R\$ 203,14
05	05	Pano multiuso tipo perflex (cozinha) rolos	R\$ 181,47	R\$ 907,35
06	02	Limpador de Inox galão 5 l	R\$ 167,65	R\$ 335,30
07	04	Detergente clorado (limpeza ambientes) galão 5 l	R\$ 113,84	R\$ 455,36
08	09	Desinfetante (limpeza ambientes) galão 5 l	R\$ 300,00	R\$ 2.700,00
09	06	Detetergente neutro (lavanderia) galão 50 l	R\$ 1.000,00	R\$ 6.000,00
09	05	Alvejante clorado (lavanderia) galão 50 l	R\$ 550,00	R\$ 2.750,00
10	03	Amaciante de roupas (lavanderia) galão 50 l	R\$ 478,95	R\$ 1.436,85
11	05	Aditivo alcalino (lavanderia) galão 50 l	R\$ 985,28	R\$ 4.926,40
TOTAL			R\$ 25.000,00	

[Handwritten signatures and initials]



Sociedade de
São Vicente de Paulo

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 DESEMBOLSO DO CONCEDENTE R\$

PARCELA ÚNICA	R\$ 25.000,00
TOTAL: R\$ 25.000,00	

10. MÉTODO DE MONITORAMENTO/AVALIAÇÃO

- ✓ Monitoramento deste projeto será contínuo, sistemático e integralmente;
- ✓ Pesquisa de satisfação dos idosos;
- ✓ Através de reunião quinzenal com as equipes da limpeza, cozinha e lavanderia

11. PROVISÃO/EQUIPE CONTRATADA

Qtd	Cargo/ Função	Carga horária
04	Faxineiras	39 horas semanais
04	Cozinheiras	30 horas semanais
01	Lavadeira	20 horas semanais

12. RECURSOS FÍSICOS

Nº Ordem	Quantidade	Especificação
1	01	Sala de estar, de convivência e de atividades em grupo
2	02	Banheiros da sala de estar, de convivência e de atividades em grupo
3	28	Quartos suites para os(as) usuários(as) residentes
4	02	Quartos suites para cuidados intensivos (emergências)
5	01	Quarto suite de uso da equipe de enfermagem
6	01	Posto de enfermagem
7	03	Depósitos
8	01	Sala para atividades aquáticas
9	02	Vestiários feminino e masculino, com ducha
10	01	Cozinha Industrial
11	01	Dispensa
12	01	Refeitório
13	01	Sala da Nutricionista
14	01	Banheiro refeitório
15	01	Sala fisioterapia
16	01	Sala da Enfermeira



Sociedade de
São Vicente de Paulo

17	01	Sala do psicólogo
18	03	Banheiros para funcionários
19	01	Capelinha
20	01	Salão de beleza
21	01	Sala da Assistente Social
22	01	Sala da Coordenadora
23	02	Sala de Arquivo
24	01	Banheiro da administração
25	01	Espaço para café/ lanche
26	01	Sala de recepção
27	01	Sala de reuniões de Diretoria/ Equipes
28	01	Lavanderia industrial
29	01	Roupeiro
30	01	Sala de descanso para funcionários


13. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Esta OSC compromete-se em viabilizar a capacitação para a equipe que executará este Plano de Trabalho.

14. DECLARAÇÃO:

Na qualidade de representante legal da OSC proponente, declaro, sob as penas da lei, que a entidade apresentou as prestações de contas de valores repassados em exercícios anteriores pela administração pública municipal direta e indireta, que foram devidamente aprovadas, não havendo nada a regularizar ou valor a ressarcir.

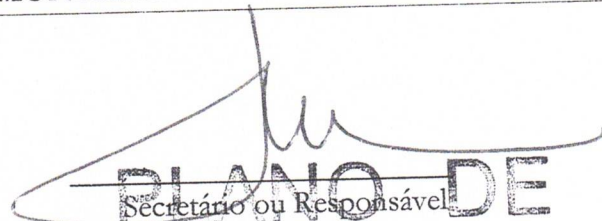
Brotas-SP, 15 de maio de 2023


Neuz Maria Paschoalotti Berto
Presidente

15. APROVAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL:

Aprovado

Local e data



Secretário ou Responsável

**PLANO DE
TRABALHO
APROVADO**



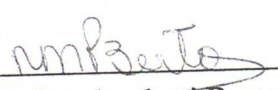
Sociedade de
São Vicente de Paulo

ANEXO I
DEMONSTRATIVO DOS CUSTOS APURADOS

MATERIAIS DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	QTD.	VALOR DO CUSTO UNITÁRIO	VALOR DO CUSTO GLOBAL
MATERIAIS DE CONSUMO			R\$ 25.000,00
Auxiliar de Secagem	5	R\$ 616,81	R\$ 3.084,05
Detergente alcalino	5	R\$ 400,31	R\$ 2.001,55
Descarbonizante	2	R\$ 100,00	R\$ 200,00
Desengordurante	2	R\$ 101,57	R\$ 203,14
Pano multiuso tipo perflex	5	R\$ 181,47	R\$ 907,35
Limpador de Inox	2	R\$ 167,65	R\$ 335,30
Detergente clorado	4	R\$ 113,84	R\$ 455,36
Desinfetante concentrado	9	R\$ 300,00	R\$ 2.700,00
Detergente neutro	6	R\$ 1.000,00	R\$ 6.000,00
Alvejante clorado	5	R\$ 550,00	R\$ 2.750,00
Amaciante de roupas	3	R\$ 478,95	R\$ 1.436,85
Aditivo alcalino	5	R\$ 985,28	R\$ 4.926,40

Brotas-SP, 15 de maio de 2.023.


Neuza Maria Paschoalotti Berto
Presidente



Sociedade de
São Vicente de Paulo

Vila Vicentina em Brotas

PLANO DE APLICAÇÃO

VALOR: R\$ 25.000,00

Produtos de Limpeza

Item	Produto	QTD. TOTAL	MÊS OUTUBRO/2023		MÊS NOVEMBRO/2023		MÊS DEZEMBRO/2023	
			QTDE	R\$ UNIT	QTDE	R\$ UNIT	QTDE	R\$ UNIT
1	Auxiliar de Secagem (cozinha) galão 20 l	5	2	R\$ 616,81	1	R\$ 616,81	2	R\$ 1.233,62
2	Detergente Alcalino (cozinha) galão 20 l	5	2	R\$ 400,31	1	R\$ 400,31	2	R\$ 800,62
3	Descarbonizante (cozinha) 5 l	2	1	R\$ 100,00	0	-	1	R\$ 100,00
4	Desengordurante (cozinha) 5 l	2	1	R\$ 101,57	0	-	1	R\$ 101,57
5	Pano multiuso tipo perflex (cozinha) rolos	5	2	R\$ 181,47	1	R\$ 181,47	2	R\$ 362,94
6	Limpador de Inox galão 5 l	2	1	R\$ 167,65	0	-	1	R\$ 167,65
7	Detergente clorado (limpeza ambientes) galão 5 l	4	2	R\$ 113,84	1	R\$ 113,84	1	R\$ 113,84
8	Desinfetante (limpeza ambientes) galão 5 l	9	3	R\$ 300,00	3	R\$ 900,00	3	R\$ 900,00
9	Detertergente neutro (lavanderia) galão 50 l	6	2	R\$ 1.000,00	2	R\$ 2.000,00	2	R\$ 2.000,00
10	Alvejante clorado (lavanderia) galão 50 l	5	2	R\$ 550,00	1	R\$ 550,00	2	R\$ 1.100,00
11	Amaciante de roupas (lavanderia) galão 50 l	3	1	R\$ 478,95	1	R\$ 478,95	1	R\$ 478,95
12	Aditivo alcalino (lavanderia) galão 50 l	5	2	R\$ 985,28	1	R\$ 1.970,56	2	R\$ 1.970,56
TOTAL GERAL			TOTAL OUT/23	R\$ 25.000,00	TOTAL NOV/23	R\$ 6.226,66	TOTAL DEZ/23	R\$ 9.329,75

neuza maria paschoalotti-berto

NEUZA MARIA PASCHOALOTTI-BERTO

Vila Vicentina em Brotas

red



Sociedade de
São Vicente de Paulo

PLANO DE TRABALHO COMPLEMENTAR

RECURSOS:

- **FONTES DE RECURSOS: FEDERAL** – Emenda Parlamentar - nº 202337300011 -
Programação: 350790220230007 – **RENDIMENTOS** R\$ 505,64 (quinhentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

1. DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

OSC – Organização da Sociedade Civil – proponente: Vila Vicentina em Brotas			CNPJ: 44.719.615/0001-48	
Endereço: Avenida Pedro Saturnino de Oliveira, nº456			Bairro: São Crispim	
Cidade: Brotas	UF SP	CEP 17.380-000	DDD/Telefone (14)3653-1405	E-mail: vilavicentinaembrotas@outlook.com
Banco: Caixa Federal		Agência: 0294		Conta Corrente: 1083-3
Nome do Representante Legal: Neuza Maria Paschoalotti Berto			CPF: 131.048.978-59	
RG/Órgão Expedidor: 9.904.479 – SSP/SP			Cargo: Presidente	
E-mail: vilavicentinaembrotas@outlook.com				Telefone: (14) 99622-2198
Endereço: Rua Ângelo Piva, nº 173 - Centro				CEP: 17.380-000

2. Apresentação do Histórico da OSC:

A Vila Vicentina em Brotas, Obra Unida da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) única em Brotas, iniciou oficialmente suas atividades em 24 de janeiro de 1969; é uma Associação católica, de direito privado, filantrópica, beneficente, sem fins lucrativos, com capacidade máxima de atendimento para até 48 idosos. Possui a sua diretoria voluntária, equipe técnica, equipe de apoio capacitada para o atendimento integral aos idosos.

Tem por finalidade a prática da caridade cristã no campo da Assistência Social e da promoção humana, visando especificamente: manter estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas acima de 60 anos, de ambos os sexos, destituídos de vínculo familiar sem condições de prover sua subsistência, proporcionando assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, visando a preservação da



Sociedade de
São Vicente de Paulo

saúde física e mental dos assistidos bem como a garantia e efetivação dos direitos estabelecidas pelo Estatuto do idoso (Lei Federal nº. 10.741 de 01/10/2003).

Propicia ambiente acolhedor aos idosos institucionalizados na instituição em assistência social e atendimento da saúde, conforme a necessidade do idoso, visando sempre a longevidade e o bem-estar deles; Incentiva e promove a participação da família e da comunidade na atenção aos idosos institucionalizados, visando em todas as ações, a integração social e o fortalecimento do vínculo familiar, como formas de sociabilidade; Oferta serviços, programas projetos e benefícios socioassistenciais na perspectiva da autonomia da garantia de direito dos usuários e presta assistência gratuita aos reconhecidamente pobres, de acordo com suas possibilidades e o estabelecimento na legislação em vigor.

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE

Título: Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - EMENDA INDIVIDUAIS 2023. Custeio – Aquisição de materiais e produtos de limpeza	Período de Execução: Início: Após o repasse Término: 1 mês
Capacidade Física de atendimento: até 48 idosos Capacidade de atendimento para o Município de Brotas: 48 idosos	
Forma de Acesso: Demanda Espontânea, CREAS e Ministério Público	
Identificação do Objeto: <p>As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) seguem normas rígidas para seu funcionamento, estabelecidos pela ANVISA (Agência Nacional da Vigilância Sanitária) e para tanto são concedidas as licenças pela Vigilância Sanitária do município. Entre as exigências, estipula-se que as ILPIs, mantenham os ambientes limpos, livres de resíduos e odores incompatíveis com a atividade, bem como a higienização de todos os artigos utilizados pelos idosos, além dos ambientes, de forma a garantir a salubridade de todo o meio que os mesmos convivem.</p> <p>Além disso, por ser moradia para idosos com diferentes graus de necessidades e diversas situações de saúde, torna-se primordial a utilização de produtos de limpeza adequados nos ambientes, de desinfecção para vestuários e peças de cama e banho, além de esterilizantes para utensílios de cozinha e roupa de modo geral. O uso destes produtos específicos, além de produzirem a correta desinfecção, corroboram com a prevenção e até mesmo a eliminação de agentes causadores de infecções e alergias.</p>	



Sociedade de
São Vicente de Paulo

Além do fator dos cuidados com a saúde, um ambiente limpo torna-se mais confortável e aconchegante. Os cuidados com as roupas de uso pessoal, roupas de cama e toalhas de banho exigem produtos que além de limparem, promovam a desinfecção e eliminação de odores resistentes. Outrossim, os mesmos critérios e cuidados são necessários para os utensílios de cozinha, utilizando-se ainda, de produtos que promovam a correta limpeza e esterilização.

A aquisição dos produtos discriminados através da emenda a ser recebida manterá as instalações, espaços, vestuários e equipamentos limpos e desinfetados, proporcionando conforto, sensação agradável, considerando a constância de sua necessidade.

Público Alvo:

Idosos institucionalizados

Coordenadora:

Gilmara Marques Garcia

Endereço do Coordenador:

Rua Mário Villa, 325 Santa Cecília III

DDD/Telefone:

(14) 98127-2795

Endereço Eletrônico:

vilavicentinaembrotas@hotmail.com

Responsável Técnico do Projeto:

Silmara Preciato dos Santos – Assistente Social – CRESS:56.166

4. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

Objetivo Geral:

Ser acolhido em condições de dignidade e ter acesso a espaço com padrões de qualidade quanto a: higiene acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto.

Objetivo Específico:

- ✓ Manutenção na higienização e desinfecção dos itens de rouparia com produtos específicos para este fim;
- ✓ Manutenção na higienização, esterilização e limpeza dos itens de cozinha;
- ✓ Satisfação e bem estar social dos idosos usuários.



Sociedade de
São Vicente de Paulo

5. METAS A SEREM ATINGIDAS

Metas a serem atingidas	Indicadores de aferição de cumprimento das metas	Meios de verificação
1. META: Acolher e garantir a proteção integral;	100% dos idosos acolhidos	<ul style="list-style-type: none">• Lista dos usuários;• Pesquisa de satisfação.
2. META: Desenvolver condições para a independência e auto cuidado.	100% dos idosos acolhidos	<ul style="list-style-type: none">• Lista dos usuários;• Pesquisa de satisfação.
3. META: Promoção na qualidade de vida e bem estar social;	100% dos idosos acolhidos	<ul style="list-style-type: none">• Lista dos usuários;• Pesquisa de satisfação.

6. FORMA DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO

A forma de execução de cada atividade/projeto será cumprida de acordo com o cronograma estabelecido pela OSC. As atribuições de conduta profissional seguem os padrões de exigências para cada ações e metas proposta discriminadas abaixo a seguir:

6.1 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PROPOSTAS

As atividades propostas seguirão as normas e regras do cronograma já estabelecido pela entidade e de acordo com as ações realizadas no cotidiano de cada serviço, aplicando os materias específicos para limpeza e higienização de ambientes, utensilios de cozinha e rouparia

Descrição das atividades	Meses											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
01 Utilização de produtos de limpeza, sanitizantes e de higienização da rouparia.												X

6.2. METODOLOGIA

As atividades propostas serão desenvolvidas diariamente, através dos serviços prestados pelos profissionais contratados pela OSC, proporcionando salubridade, conforto e bem estar aos idosos, beneficiando ainda, sua saúde.



Sociedade de
São Vicente de Paulo

7. RESULTADOS ESPERADOS

- Salubridade na ambiência da entidade;
- Prevenção de agentes causadores de alergias e infecções de modo geral;
- Promoção na qualidade de vida dos idosos e colaboradores.

8. PLANO DE APLICAÇÃO

DETALHAMENTOS DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

NATUREZA DA DESPESA: MATERIAIS DE CONSUMO	TOTAL (R\$)
ESPECIFICAÇÃO: PRODUTOS DE LIMPEZA E SANITIZANTES	505,64
TOTAL (R\$)	505,64

8.1. DETALHAMENTO DAS DESPESAS

CUSTEIO – MATERIAIS DE CONSUMO – PRODUTOS DE LIMPEZA

ITEM	QTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	Alvejante clorado (lavanderia) galão 50 l	R\$ 505,64	R\$ 505,64
			TOTAL	R\$ 25.000,00

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 DESEMBOLSO DO CONCEDENTE R\$

PARCELA ÚNICA	R\$ 505,64,00
TOTAL: R\$ 505,64,00	

10. MÉTODO DE MONITORAMENTO/AVALIAÇÃO

- ✓ Monitoramento deste projeto será contínuo, sistemático e integralmente;
- ✓ Pesquisa de satisfação dos idosos;
- ✓ Através de reunião quinzenal com a equipe da limpeza, cozinha e lavanderia

11. PROVISÃO/EQUIPE CONTRATADA

Qtd	Cargo/ Função	Carga horária
04	Faxineiras	39 horas semanais
04	Cozinheiras	30 horas semanais
01	Lavadeira	20 horas semanais



Sociedade de
São Vicente de Paulo

12. RECURSOS FÍSICOS

Nº Ordem	Quantidade	Especificação
1	01	Sala de estar, de convivência e de atividades em grupo
2	02	Banheiros da sala de estar, de convivência e de atividades em grupo
3	28	Quartos suites para os(as) usuários(as) residentes
4	02	Quartos suites para cuidados intensivos (emergências)
5	01	Quarto suite de uso da equipe de enfermagem
6	01	Posto de enfermagem
7	03	Depósitos
8	01	Sala para atividades aquáticas
9	02	Vestiários feminino e masculino, com ducha
10	01	Cozinha Industrial
11	01	Despensa
12	01	Refeitório
13	01	Sala da Nutricionista
14	01	Banheiro refeitório
15	01	Sala fisioterapia
16	01	Sala da Enfermeira
17	01	Sala do psicólogo
18	03	Banheiros para funcionários
19	01	Capelinha
20	01	Salão de beleza
21	01	Sala da Assistente Social
22	01	Sala da Coordenadora
23	02	Sala de Arquivo
24	01	Banheiro da administração
25	01	Espaço para café/ lanche
26	01	Sala de recepção
27	01	Sala de reuniões de Diretoria/ Equipes
28	01	Lavanderia industrial
29	01	Roupeiro
30	01	Sala de descanso para funcionários



Sociedade de
São Vicente de Paulo

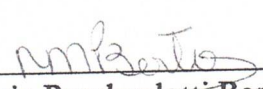
13. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Esta OSC compromete-se em viabilizar a capacitação para a equipe que executará este Plano de Trabalho.

14. DECLARAÇÃO:

Na qualidade de representante legal da OSC proponente, declaro, sob as penas da lei, que a entidade apresentou as prestações de contas de valores repassados em exercícios anteriores pela administração pública municipal direta e indireta, que foram devidamente aprovadas, não havendo nada a regularizar ou valor a ressarcir.

Brotas-SP, 22 de setembro de 2023


Neuza Maria Paschoalotti Berto
Presidente

15. APROVAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL:

Aprovado

Local e data

Secretário ou Responsável

**PLANO DE
TRABALHO
APROVADO**



Sociedade de
São Vicente de Paulo

Vila Vicentina em Brotas

PLANO DE APLICAÇÃO COMPLEMENTAR

Produtos de Limpeza

Valor: R\$ 505,64

Item	Produto	QTD. TOTAL	R\$ UNIT		R\$ TOTAL	MÊS DEZEMBRO/2023	
			R\$	R\$		QTDE	R\$ UNIT
1	Alvejante clorado (lavanderia) galão 50l (parte considerada)	1	R\$ 505,64	R\$ 505,64	505,64	1	R\$ 505,64
TOTAL GERAL			R\$	R\$	505,64	TOTAL MÊS 01	R\$ 505,64

Neuzinha Paschoalotti Berto
NEUZA MARIA PASCHOALOTTI BERTO
Vila Vicentina em Brotas

Sociedade de São Vicente de Paulo - Vila Vicentina em Brotas
Av. Pedro Saturnino de Oliveira, 456 - Bairro: São Crispim - Brotas/SP - CEP: 17.380-000 - CNPJ: 4470615/0001-48



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx. Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



ANEXO RP-09 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO (redação dada pela Resolução nº 11/2021)

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A): **MUNICIPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS/SP.**

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: **VILA VICENTINA EM BROTAS**

TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO Nº017/2023 ref. Emenda Parlamentar Federal nº202337300011

OBJETO: O presente Termo de Colaboração, Processo Administrativo nº2926/2023, tem por objeto a Estruturação da Rede de Serviços do SUAS INDIVIDUAIS 2023, através de aquisição de materiais e produtos de limpeza, conforme detalhado nos Planos de Trabalho aprovados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1): **R\$ 25.505,64** (vinte e cinco mil, quinhentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos)

EXERCÍCIO(1): 28/09/2023 a 31/12/2023

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido e seus aditamentos/o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de

Paulo *Paulo* *[assinatura]* *[assinatura]* *[assinatura]*



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx. Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Brotas, 28 de setembro de 2023.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: **Leandro Corrêa**
Cargo: Prefeito Municipal
CPF: 180.113.858-36

ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO

Nome: **Juliana Serignolli de Oliveira Chaves**
Cargo: Secretária Municipal de Desenvolvimento Social
CPF: 274.185.558-73

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: **Neuza Maria Paschoalotti Berto**
Cargo: Presidente
CPF: 131.048.978-59

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: **Leandro Corrêa**
Cargo: Prefeito Municipal
CPF: 180.113.858-36
Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx. Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO

Nome: **JULIANA SERIGNOLLI DE OLIVEIRA CHAVES**

Cargo: Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

CPF: 274.185.558-73

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:

PELA ENTIDADE PARCEIRA:

Nome: **NEUZA MARIA PASCHOALOTTI BERTO**

Cargo: Presidente

CPF: 131.048.978-59

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS

Tipo de ato sob sua responsabilidade: **Advogado**

Nome: **LUIZ HENRIQUE DE GODOY**

Cargo: **Advogado**

CPF: 040.834.998-00

Assinatura: _____

Tipo de ato sob sua responsabilidade: **Membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação:**

Nome: **ROSÂNGELA ALVES DE BRITO**

Cargo: Supervisora Escolar

CPF: 739.896.579-68

Assinatura: _____

Tipo de ato sob sua responsabilidade: **Membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação:**

Nome: **PAULA PEREIRA SANTANA**

Cargo: Agente de Saúde

CPF: 328.019.448-23

Assinatura: _____

Tipo de ato sob sua responsabilidade: **Membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação:**

Haar

[Handwritten signatures]



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS
CNPJ 46.362.927/0001-72

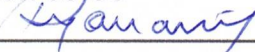
Fone: (14) 3653-9900 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx. Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



Nome: **REJANE SALVATTI**

Cargo: Chefe de Setor de Convênios

CPF: 161.949.768-96

Assinatura: 

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Membro da Comissão de Monitoramento e Avaliação:

Nome: **ISABELLA APARECIDA STEM**

Cargo: Chefe de Setor

CPF: 400.802.908-76

Assinatura: 

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Gestor da Parceria

Nome: **LISETE DANESI**

Cargo: Assistente Social

CPF: 252.534.878-83

Assinatura: 



(1) Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas.





